

FUTURO DA CAIXA DEPENDE DE MODELO DE ESTADO

Maria Rita Serrano





MARIA RITA SERRANO

Representante dos empregados eleita para o Conselho de Administração da Caixa. Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Conselheira fiscal da Fena. Presidenta do Sindicato dos Bancários do ABC entre 2006 e 2012. Mestra em Administração de Regionalidades e Organizações. Graduada em História e Estudos Sociais. Autora dos livros “O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra” (2000), “Caixa, banco dos brasileiros” (2018), e coautora de “Se é público, é para todos” (2018), “Banestado, uma história interrompida” (2020) e “A era digital e o trabalho bancário” (2020)

Futuro da Caixa Depende de Modelo de Estado

“A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.”

Santo Agostinho



Dedico esse artigo ao meu amigo de todas as horas, assessor por 26 anos, **Julio Nascimento**, que morreu como milhares de brasileiros, vítima da Covid 19. Julio dedicou sua vida a organização dos trabalhadores bancários. Sinto muito sua ausência. Julio Presente!

Dedico também aos colegas da Caixa que mesmo sob risco de contágio, tal como os profissionais da saúde, estão desde o início da pandemia na linha de frente, atendendo milhões de brasileiros desamparados pela crise sanitária e econômica.



INTRODUÇÃO

Iniciamos por fazer a distinção entre governo e Estado. Estado é uma instituição criada para definir a soberania e o conjunto de regras de um território definido, enquanto o governo é o gestor do Estado. Há Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram no povo a soberania; governos menos flexíveis, que retiram a soberania do povo por meio da suspensão e da revogação de direitos; e governos que pretendem controlar a vida da população, tanto nos âmbitos político, jurídico e pessoal. No primeiro caso, podemos afirmar que se trata de um regime de governo democrático; no segundo, regime autoritário e, no terceiro, totalitário.

Nesse texto, almejamos discutir a importância dos bancos públicos, com destaque para a Caixa Federal, e sua atuação no período entre o fim da década de 1980 até os dias atuais, no contexto de diferentes governos e suas políticas para o Estado.

Os bancos públicos têm exercido importante papel na formação e no desenvolvimento do Estado brasileiro, destacando-se entre eles os cinco federais, a Caixa Econômica (Caixa), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA). Ao longo dos dois últimos séculos, essas instituições foram responsáveis pela execução de políticas econômicas e sociais que melhoraram a vida de milhões de brasileiros, sobreviveram a diversos governos e instabilidades de toda ordem. Entretanto, hoje estão novamente ameaçadas pelo retorno do modelo neoliberal de privatizações e de ataque ao patrimônio público, que toma novo impulso no governo Temer e se consolida com a eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro.

Em suas trajetórias centenárias, o Banco do Brasil e a Caixa, mostraram, em vários momentos, capacidade de se transformar, adaptando-se às mudanças estruturais ocorridas no sistema bancário, na economia e na sociedade. Estas instituições souberam se adaptar à consolidação de novas regras de risco, regulatórias e legais, nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que se mostraram indispensáveis como entes públicos.

A Caixa adquiriu ao longo dos anos, notoriedade na gestão de políticas públicas. Falar de sua constituição é descrever um processo inovador e ousado. A Caixa foi criada ao final do século XIX, em um momento em que se intensificava o sonho da liberdade no país. Esta relação do banco com o sonho dos brasileiros permanece até hoje. Atualmente, é o caso do apoio da instituição para que todos tenham uma conta bancária, viável por meio da conta Caixa Fácil e agora com a poupança digital. Outro sonho que a Caixa ajuda a tornar realidade é o da casa própria, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Enfim, a Caixa dá vazão ao sonho da melhoria de vida, da ascensão social e de um futuro melhor.

A instituição sobreviveu aos governos liberais da década de 1990 - que privatizaram praticamente todos os bancos estaduais e outras empresas públicas -, e se consolidou como a maior gerenciadora de programas sociais do país, entre 2003 e 2016.

Em 2020, quando tramitavam processos para a privatização de suas principais operações comerciais, fomos acometidos pela pandemia da COVID 19 e, mais uma vez, a empresa foi desafiada. A Caixa atendeu, em tempo recorde, metade da população brasileira, algo em torno de 120 milhões de pessoas. Isso significa que sete entre dez adultos passaram pelo banco para receber benefícios emergenciais, criados para minimizar os efeitos da crise sanitária e econômica, além dos pagamentos do PIS e FGTS. A Caixa quebrou paradigmas e se tornou o maior banco digital do Brasil e um dos maiores do mundo, com a abertura de mais de 105 milhões de contas digitais.

Muito embora tenha fortalecido sua imagem e atuação, o projeto privatista está mantido, segundo apontam as autoridades governamentais. O objetivo do governo é entregar para a iniciativa privada, parte das operações nas áreas de seguros, cartões, loterias, títulos e valores imobiliários.

rios. Nesse momento especula-se sobre a criação e privatização do chamado Banco Digital, o que poderá gerar praticamente uma cisão entre a área social e comercial.

O país passa por um dos piores períodos da sua jovem democracia: governo autoritário; ameaças às regras e instâncias democráticas; congresso com perfil conservador; milhares de mortos e infectados pelo coronavírus. Tudo isso espelha um quadro de enorme instabilidade política, social e econômica.

Nesse cenário, é impossível falar em futuro das empresas públicas e da Caixa sem refletir sobre que modelo de Estado os brasileiros querem e precisam.

Para embasar a discussão e fazer comparativos, vamos resgatar três períodos históricos: o primeiro, entre 1985 e 2002, caracterizado pelo modelo liberal de Estado; depois, a consolidação do banco com os governos democrático-populares, entre 2003 e 2016; em seguida, a ascensão do conservadorismo e da retomada do modelo de Estado Mínimo, que tem início no golpe de 2016 e se consolida com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Obviamente esse roteiro segue o olhar de quem esteve na linha de frente da defesa do papel público da instituição. Tenho 31 anos de trabalho dedicados à Caixa, boa parte do tempo atuando no movimento sindical e social. Desde 2014, atuo como representante eleita dos empregados no Conselho de Administração (CA) da empresa. Acumulei conhecimento sobre governança, burocracia e política de atuação da Caixa no desenvolvimento econômico social brasileiro.

REDEMOCRATIZAÇÃO, ESTADO NEOLIBERAL¹ (1985-2002): CAIXA SOB A AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO

O movimento pelas “Diretas Já” reuniu em grandes atos, milhares de pessoas pelo Brasil. Embora não tenha cumprido seu objetivo de imediato, o que causou grande frustração popular, impulsionou a derrocada final da ditadura. Em 1985, a chapa Tancredo Neves e José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo, quem assumiu foi Sarney. A tão desejada eleição direta só aconteceu em 1989, ano em que Fernando Collor de Mello foi eleito presidente. Seu principal slogan de campanha foi “a caça aos marajás”. Na visão de Collor, entre os marajás estavam os empregados de empresas públicas, como os da Caixa.

Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito no país, de forma direta após quase trinta anos, Collor anuncia – em 16 de março de 1990, em um feriado bancário e véspera de fim de semana – um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. O plano, poucos meses depois, começou a fracassar.

A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio de suas economias. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências. Os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Nas agências da Caixa, o caos se instalou. Filas imensas com clientes revoltados ofendiam os empregados, chamando-os de “marajás”.



Fila em agência da Caixa, no centro de SP, após início do Plano Collor - Foto: Maurilo Clareto/Estadão

De forma arbitrária, Collor demitiu, em junho de 1990, 2341 empregados de uma só vez. Esse fato desencadeou um movimento nacional, organizado pelos sindicatos de bancários e entidades associativas, em defesa da reintegração dos demitidos, o que viria a acontecer em setembro, por ocasião da campanha salarial.

Em setembro de 1991, mais demissões. Depois do encerramento da greve que durou 21 dias, 110 empregados foram demitidos. A Federação das Associações de empregados da Caixa (Fenae) organizou campanha nacional para a sustentação dos demitidos, cada empregado doava um valor que correspondia a um tíquete alimentação diário para um fundo, onde 35 mil autorizaram o desconto. Foi o maior gesto coletivo de solidariedade feito ao longo da história da organização dos empregados da Caixa.

1 O Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica.

O lema da campanha era: “Não toque em meu companheiro!”. O empregado era simbolizado por uma flor despedaçada no caule e uma mão cuidadosa o protegia para amparar e manter em pé a flor já brutalmente agredida. Esse fato foi registrado no filme *Não toque em meu companheiro*, lançado em 2020, dirigido pela cineasta Maria Augusta Ramos.

Em setembro de 1992, Collor sofreu processo de impeachment. Assumiu em seu lugar o vice Itamar Franco. Em outubro, houve o acordo para a reintegração dos 110 empregados. Em 1994, Itamar Franco, então presidente, aprovou no Congresso Nacional a Lei nº 8.878/1994, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.

Durante o governo Itamar foi lançado o *Plano Real*², tendo à frente o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em seguida se tornaria presidente da República.



Campanha pela reintegração dos demitidos - Arquivo Fenae

A perspectiva teórica adotada no Plano Real e a visão sobre o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento definiram a aceitação do ideário neoliberal de levar adiante o processo de privatização, iniciado por Collor, e o corte no aparelho estatal.

A privatização de empresas e bancos estaduais eliminou a possibilidade de realização de gastos públicos e transferiu ao setor privado o domínio de áreas estratégicas da economia. Como exemplo, pode-se citar as vendas da Usiminas, Vale do Rio Doce, Datamec, Banco Meridional, CSN e Embraer, bem como os bancos estaduais, Banespa, Banerj, Banestado, Minas Caixa entre outros.

O Plano Real, além de estabelecer um novo padrão monetário para o país, lançou as bases para a terceira e mais significativa estruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), fornecendo as feições atuais do campo brasileiro das organizações bancárias. Como estratégia de “sobrevivência”, a Caixa foi obrigada a se adaptar e, ainda assim, por vários momentos foi ameaçada de privatização. Em 2001, foi realizada uma reestruturação patrimonial sem precedentes, financiada com recursos do Tesouro Nacional, e engendrada como forma de assegurar a solvência da instituição e reafirmar seu principal valor constitutivo: a solidez e a segurança sem limites. (Bueno, 2010)

Vários fatores contribuíram para o desequilíbrio estrutural da Caixa nas décadas de 1980 e 1990. Um deles foi a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua atribuição como agente operador do FGTS. Para as operações realizadas à época, o BNH não possuía provisões para devedores duvidosos em níveis suficientes. As provisões necessárias superavam o patrimônio do BNH, incorporado à Caixa. (Costa, 2016)

Outras ocorrências também foram nocivas ao equilíbrio da empresa, segundo a Controladoria da Caixa: fim da isenção de tributos federais; bloqueio dos cruzados novos e exigência de recolhimento ao BC; contratação desordenada de créditos com recursos do FGTS; alteração nas regras contábeis e de funcionamento para as instituições financeiras. Aliada a estes fatores, estava a política do Estado mínimo do “governo FHC”, que via a Caixa só como um número e desmerecia seu papel social. O objetivo principal do governo era ter um banco lucrativo, “enxuto” e “saneado” para ser vendido.

2 A partir de 28 de fevereiro de 1994, como efeito da Medida Provisória nº 434, iniciou-se a publicação dos valores diários da Unidade Real de Valor (U.R.V.) pelo Banco Central.

Para o banco ser “saneado”, a meta principal foi o corte de custos com folha de pagamento. Em 2001, a Caixa tinha 10.200 empregados a menos que o contingente de 65.111, no final de 1995. Além dos planos de demissão voluntária (PDVs), FHC editou em 2000 a RH 008, normativa que autorizava a demissão imotivada. Mais de 500 empregados foram demitidos sumariamente. A maioria foi reintegrada quase dez anos depois, após luta organizada pelo movimento sindical. Nesse período, praticamente metade dos trabalhadores da Caixa (em torno de 50 mil) eram terceirizados. As condições de trabalho foram precarizadas, salários congelados por praticamente oito anos e corte de direitos.

A gestão de resultados não via pessoas, mas metas. Os gestores ficaram sem autonomia nas decisões operacionais. A disputa entre os trabalhadores era incentivada pela empresa.

As entidades de representação sindical e associativa foram coagidas e sofreram grande repressão, mesmo assim, durante anos, realizaram campanhas massivas em defesa da Caixa e de sua importância para o desenvolvimento do país.

A década de 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento, abertura comercial e financeira, crescimento acentuado da população economicamente ativa, queda do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda na taxa de investimento total.

MUDANÇA DE PARADIGMA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (2003-2016): CAIXA, MAIS QUE UM BANCO

O Brasil viveu, a partir de 2003, a quebra de vários paradigmas: a eleição de um operário e de uma mulher para a Presidência da República; o início da busca pela construção de um modelo de Estado de bem-estar social; a substituição da herança do Estado Mínimo implantado pelos antecessores.

O país buscou, já no início de 2003, sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, como baixo crescimento econômico, redução do investimento, acentuada vulnerabilidade externa, baixa capacidade de intervenção e regulação do Estado, desemprego elevado, precarização do trabalho e aprofundamento da miséria e da desigualdade. (Mattoso, 2013)

Consolidou-se, nesse período, uma nova política que, ao invés de conceber a indústria e o crescimento econômico sob a lógica das exportações, deu espaço à expansão do mercado interno. Houve a revalorização do Estado e a melhoria de sua gestão, com expansão e popularização do crédito e implementação e consolidação das políticas sociais. Passou-se a reconhecer que as políticas sociais favoreceriam não só a inclusão, a redução da pobreza e da desigualdade, mas também que elas estimulam a economia (por meio da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais) e o crescimento do PIB. Dessa forma, foi possível enfrentar as crises externas com a valorização do mercado interno – mesmo com um menor crescimento, como nos anos 2011 e 2012 – e até amenizar o impacto negativo sobre o mercado de trabalho (Mattoso, 2013).

No que se refere aos bancos públicos, o governo promoveu a melhora da relação entre o crédito bancário e o PIB, por meio de uma série de incentivos macro e microeconômicos, estimulando desde a redução da taxa básica de juros até a regulamentação dos empréstimos consignados em folha de pagamento.

A tabela 1 indica os principais componentes do resultado financeiro da Caixa entre os anos 2003 e 2019. Fica evidente o crescimento da carteira de crédito, que atinge seu auge em 2016 e tem queda acentuada a partir de 2017, após a saída da Presidenta da República Dilma Rousseff. O destaque nas operações de crédito residia nos financiamentos habitacionais, em que a Caixa lidera o mercado. A instituição realizou em média 70% das contratações durante os últimos anos.

Boa parte dos recursos para investimentos em habitação tem origem no FGTS. A Caixa é gestora do fundo, que cumpre duas funções: a de ser um seguro em caso de desemprego, doença ou aposentadoria do trabalhador, e de financiar investimentos imobiliários, de saneamento, infraestrutura e desenvolvimento. Desde sua criação, em 1969, 73% dos municípios brasileiros receberam recursos do FGTS.

	Operações de crédito	Resultados de operações com TVM	Outros	Total
2003	6.677	17.449	6.698	30.824
2004	12.601	26.913	7.822	47.336
2005	15.732	31.686	7.168	54.585
2006	18.152	31.329	7.444	56.925
2007	17.915	26.367	7.968	52.250
2008	20.090	32.074	7.237	59.401
2009	25.223	30.960	4.739	60.921
2010	32.585	25.607	7.376	65.568
2011	43.714	29.536	9.457	82.706
2012	50.790	28.476	6.607	85.874
2013	64.832	23.839	13.190	101.861
2014	86.947	37.577	14.135	138.659
2015	102.541	41.198	27.327	171.066
2016	104.932	56.459	5.375	166.766
2017	95.786	39.651	8.920	144.357
2018	82.351	27.146	7.031	116.528
2019	71.097	39.413	3.423	113.933

Fonte: Demonstrações Contábeis e Relatórios da Administração da CEF | Elaboração: DIEESE

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a ameaça de privatização da Caixa foi superada. A instituição se tornou a principal operadora dos programas sociais e nos investimentos em políticas públicas, com destaque para a habitação e o saneamento básico.

No mesmo período, a Caixa assumiu o papel de banco múltiplo, com portfólio atualizado, contendo todos os produtos disponíveis do mercado e avançou na complementaridade entre as funções social, pública e comercial.

Duplicou o número de empregados que, ao longo dos anos, foram retomando direitos perdidos e crescimento dos salários. Saltou de 55 mil em 2001 para o auge em 2014, já no governo Dilma, de 101 mil.

Entretanto, em 2020, após política sucessiva de demissão promovida pela direção, por meio de programas de desligamento voluntário, 20 mil postos de trabalho já haviam sido fechados.

No campo da negociação e das relações trabalhistas, em 2004, houve conquista importante por parte dos empregados, que foi a inserção dos bancos públicos federais na Negociação Nacional dos Bancários, marco inédito no Brasil, com empresas privadas e públicas assinando uma única Convenção Coletiva de Trabalho. A partir daí novos patamares nas relações de trabalho foram construídos.

Vale mencionar que, no início do século XX, mais precisamente em 1921, a Caixa se tornou o primeiro banco a contratar mulheres. Mas a grande inovação nas políticas de relações de gênero se deu com o Programa Caixa de Diversidade, em 2005. Mesmo com praticamente metade do quadro de empregados composto por mulheres, demorou quase 150 anos para a Caixa ter sua primeira presidenta, Maria Fernanda Ramos Coelho, empregada de carreira, nomeada em 2006. Em 2015, foi a vez de Miriam Belchior. Em 2016, foi eleita a primeira mulher para o Conselho de

Administração, graças à Lei nº 12.353/2010, sancionada pelo presidente Lula, que garantiu a eleição de um(a) trabalhador(a) para os conselhos de administração de empresas públicas.

Convocada para um esforço de bancarização e inclusão social, a instituição experimentou outra fase de difusão de valores associados à sua natureza pública e identidade popular. Para desempenho das recentes atribuições deste novo projeto de governo, a organização passou por mudanças internas, que possibilitaram seu crescimento e novo modelo de funcionamento.

Chamada a atuar como instância institucional na crise internacional de 2008, a Caixa posicionou-se como um dos principais agentes públicos na aplicação de políticas *anticíclicas*³. Em verdade, a organização já havia assumido desde 2007 papel de destaque no campo das organizações bancárias frente ao refluxo de crédito decorrente da instabilidade financeira internacional, atuação reconhecida inclusive pelos demais bancos.

O saldo de operações de crédito da Caixa registrou taxas de crescimento real superiores à média do Sistema Financeiro Nacional (SFN) durante todo o período de junho de 2008 a dezembro de 2013. Naturalmente, a expansão do saldo de operações de crédito se refletiu em crescimento do ativo total da instituição, que foi ampliado em 187,5%, em termos reais, neste período. Isto fez a Caixa se tornar a terceira maior instituição financeira do Brasil, em tamanho de ativo, no último trimestre de 2015 (Slivnik et al., 2017).

A Caixa se tornou o maior agente operador do programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 com a finalidade de aumentar o acesso à moradia para famílias com renda mensal de até dez salários-mínimos. O acesso foi prioritário para as famílias mais vulneráveis com renda de até três salários-mínimos. Nessa faixa, as mulheres tiveram prioridade para obterem o título de propriedade do imóvel (89% das contratações).

Em dez anos de funcionamento, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas e contratou mais de cinco milhões de unidades, a maioria delas já entregue. O número representa 7% da população brasileira que teve subsídios ou facilitação às condições de acesso a casa ou apartamento. O Minha Casa Minha Vida também tem papel de destaque na atividade do mercado imobiliário e geração de empregos na indústria da Construção civil.

A tabela 2 retrata os investimentos feitos por vários governos, entre 1964 e 2014 em habitação, e destaca o impacto no setor com a implantação do Minha Casa Minha Casa (Dados, 2020).

Período	Unidades Habitacionais
Ditadura Militar (1964 - 1984)	204.000
Sarney (1985 - 1989)	156.000
Collor (1990 - 1992)	250.000
Itamar (1993 - 1994)	60.000
FHC (1995 - 2002)	236.000
Lula (2003 - 2010)	504.000
Dilma (2011 - 2014)	1.175.000

Fonte: 1) Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP);
2) Caixa Econômica Federal. * Estimativa em outubro de 2014. Extraído de Brasil: Fatos e Dados.

3 Uma política econômica anticíclica consiste no conjunto de ações governamentais voltadas a impedir, sobrepujar, ou minimizar, os efeitos do ciclo econômico.

Em 2002, a Caixa tinha 1.700 agências. Em 2016, alcançou 3.412, quase 15% do total de agências bancárias no país. Em 2019 esse número reduziu para 3373. Além disso, passou a ter a maior rede de correspondentes bancários do país, com 8.190 postos em 2019; e lotéricos, 12.968. Está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. O número de clientes saltou de 28 milhões, em 2003, para 84 milhões, em 2016 e mais de 103 milhões em 2019.

A primeira iniciativa de inclusão bancária feita por uma instituição financeira no Brasil foi a conta simplificada Caixa Fácil, responsável por incorporar milhões de pessoas. Sem muita burocracia, passaram a ter acesso aos serviços e produtos bancários. Em 2015, havia mais de 12 milhões de contas simplificadas de depósitos à vista e de poupança ativa na Caixa.

Ao se tornar fonte pagadora dos programas sociais por meio do Cartão do Cidadão, a instituição permitiu que, além do Bolsa-Família, com seu próprio cartão, todos tivessem mais facilidade de acesso aos benefícios sociais e trabalhistas (FGTS, PIS, abono salarial e seguro-desemprego).

Na execução dos programas governamentais, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores no ano de 2016.

O crédito - em 2004 - passou a crescer no país e a Caixa começou a participar deste processo com a ampliação do crédito consignado, depois estendendo a outras modalidades. Em 2016, o saldo da carteira de crédito somou R\$ 709 bilhões. A carteira de crédito ampla correspondia a mais de 22% do mercado. No mesmo ano, a Caixa foi responsável por 67% do financiamento imobiliário nacional, detendo 90% do crédito destinado à habitação popular.

Com o crescimento do financiamento à infraestrutura, à mobilidade urbana e ao saneamento, a Caixa se tornou o segundo maior financiador de projetos de longo prazo no país, alcançando, em 2016, uma carteira com R\$ 79 bilhões de saldo, ficando atrás apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As loterias que a Caixa administra desde 1962 cumprem um importante papel no financiamento de políticas públicas. Entre 2011 e 2016, dos R\$ 60 bilhões arrecadados, quase metade, R\$ 27 bilhões, foi destinada a programas sociais nas áreas de esporte, cultura, educação e outros. Em síntese, em termos de gestão administrativa, no período, os marcos foram os sucessivos resultados financeiros positivos, o aumento da visibilidade da Caixa e a valorização do seu papel social.

Valores intangíveis, como a contribuição para a melhoria da autoestima da população e dos empregados, que voltaram a ter orgulho em trabalhar na Caixa, devem ser destacados

RETROCESSO: O GOLPE DE 2016 E A CAIXA S/A

O ano de 2016 marca um dos momentos mais controversos da história recente do Brasil, com o impeachment de Dilma Rousseff. A crise política começa na reeleição de 2014, com Aécio Neves (PSDB), seu adversário no “segundo turno”, afirmando não aceitar o resultado eleitoral.

Dilma assume o segundo mandato, com grandes desafios: eliminar o *rentismo*⁴ (dívida pública) como meio sistemático de ganho financeiro da burguesia brasileira desde o início da década de 1980 e, assim, impulsionar o investimento produtivo e em infraestrutura. A ação, contudo, foi precedida por políticas austeras (de ajuste fiscal) que reforçaram a desaceleração econômica cíclica. Esta, entretanto, não foi acompanhada de um amplo debate com a opinião pública. Isto permitiu que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando um discurso de “aparência” técnica – escondendo o viés político – utilizando-se do controle (ideológico) dos meios de comunicação para taxar o governo de “tecnicamente irresponsável” e “politicamente populista”. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliavam, fugindo do controle do governo, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes. No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical, manifesto no crescimento do número de greves vitoriosas, eram objeto de reclamação empresarial crescente. No que se refere à interação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais – pressão está expressa, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013 -, empurrava uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais. A reação dos interesses empresariais afetados pela guerra dos juros e pelo avanço das demandas salariais e sociais contou com o controle dos meios de comunicação (Bastos, 2017).

As acusações para o processo de impeachment no Congresso tiveram início em 02/12/2015 e versaram sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidenta. Além disso, foram lançadas também suspeitas de envolvimento de Dilma em atos de corrupção na Petrobrás, que eram objeto de investigação pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato⁵. Havia, no entanto, juristas que contestavam a denúncia, afirmando que as chamadas “pedaladas fiscais”⁶ não caracterizaram improbidade administrativa e que não existia qualquer prova de envolvimento da presidenta em crime doloso que pudesse justificar o impeachment.

No final de agosto de 2016, é aprovado o impeachment. Michel Temer, que desde maio estava como presidente interino, quando do afastamento de Dilma (determinado pelo Congresso), assume oficialmente. Temer apresenta um rol de propostas de interesse dos grandes empresários, banqueiros, ruralistas e multinacionais. O programa intitulado “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), marca o início de um processo que levará o país ao retrocesso em direitos trabalhistas, ataque aos sindi-

4 Rentismo - Modo de vida de quem vive exclusivamente de rendas, de rendimentos, de uma quantia proveniente de alugueis, investimentos, recebimentos etc

5 A Operação lava jato foi promovida pela polícia federal, começou em 2014 e cumpriu muitos mandados. Foi responsável por condenações de empresários e políticos. Muitas dessas investigações e condenações foram controversas, com questionamentos por autoridades brasileiras e internacionais de abusos, fraudes e interesses difusos na condução das ações.

6 Pedalada fiscal é um termo que se refere à operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, de forma a apresentar melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.

catos, instituição do Projeto de Lei para limitar o teto de gastos, com grande impacto em Saúde e Educação, privatização e sucateamento do patrimônio público, com venda de estatais, concessão de serviços públicos e entrega das reservas do pré-sal ao capital estrangeiro.

É preciso destacar que o argumento das pedaladas fiscais, para derrubar Dilma, “caiu por terra” quando senadores e deputados (os mesmos que cassaram seu mandato, acusando-a de crime de responsabilidade) aprovaram o projeto de lei - PLN 13332/2016, flexibilizando as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso, ou seja, o que antes era considerado crime, se tornou lícito, garantindo ao governo de Michel Temer o poder de praticar as tais pedaladas fiscais. Após anos nada foi comprovado com relação as denúncias de que Dilma Rousseff tenha participado de ações de corrupção.

CAIXA S/A

Nesse contexto de crise política, em 2015, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 555, chamado de “Lei de Responsabilidade das Estatais”, formulado por uma comissão mista, na qual o relator e o presidente eram do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). O texto na sua origem, previa a obrigatoriedade de que todas as empresas públicas se tornassem sociedade anônima (S/A), e em seguida já abrissem capital, além de alterar a composição acionária das demais, de forma a facilitar a privatização de todas as empresas públicas brasileiras; federais, estaduais e municipais. Cabe ressaltar que a Caixa é uma das raras estatais 100% pública.

Rapidamente organiza-se um movimento nacional para combater o projeto, com diversas entidades de representação e lideranças como sindicatos, centrais sindicais, associações, movimentos sociais, parlamentares, prefeitos, entre outros. Com o trabalho de resistência, nasceu o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que lançou a campanha “Se é Público, é Para Todos”. O objetivo foi o de chamar a atenção a importância do patrimônio público brasileiro para a garantia da qualidade de vida e trabalho da população. Depois de nove meses de articulação, negociação e mobilização em todo o país, os artigos privatistas foram retirados do projeto, sancionado Lei nº13.303. Isto foi considerado uma grande vitória, dado o cenário desfavorável no parlamento.



Campanha Se é Público é para todos
Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Não obstante, iniciou-se processo de diminuição e desmonte do banco, menor oferta de crédito, cortes nos programas sociais, corte no número de empregados. Em 2017, o governo anuncia fechamento de agências e a intenção de privatizar ativos, começando pela Lotex – subsidiária da Caixa criada para gerenciar a operação de loteria instantânea, mais conhecida por “raspadinha”.

Desastrosas foram as políticas que fizeram cair a oferta de crédito livre e direcionado e elevaram os juros da Caixa. A queda da oferta de crédito no país foi de 3,2% em 2016 e de 2% até setembro de 2017.

O Programa Minha Casa Minha Vida teve acentuada retração dos desembolsos: de R\$ 20,7 bilhões, em 2015, para R\$ 7,9 bilhões, em 2016, e uma projeção linear de R\$ 2,7 bilhões, em 2017.

O grande debate na Caixa durante os dois anos do governo Temer, foi a necessidade de capitalização, e a recusa do Tesouro Nacional em aportar recursos. As consequências foram evidentes, pois sem aporte, tendo que cumprir regras de *Basileia*⁷, o banco reduziu a oferta de crédito, folha de pagamento, aumentou tarifas, e começou a preparar a venda de outros ativos, tais como seguros, cartões e as demais loterias.

Boa parte dessa dificuldade de enquadramento do capital da Caixa tem como origem seu indispensável papel social e sua forte atuação na política de crédito do governo, preponderante para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. Função essa nunca assumida pelo sistema financeiro privado, muito embora os bancos sejam concessão pública.

Em dezembro de 2017, quando do debate sobre o novo estatuto pelo Conselho de Administração da Caixa, houve nova tentativa por parte da maioria dos conselheiros, indicados pelo governo, de aprovar a Caixa como Sociedade Anônima (S/A).

Atuei como conselheira em conjunto com entidades de representação, contra a mudança, que, caso confirmada, traria como consequência a inserção de acionistas privados na gestão, podendo o banco perder a autonomia necessária para o cumprimento do seu papel social.

7 O Acordo de Basileia é um tratado para regular o funcionamento dos bancos e instituições financeiras, firmado em 1988 durante a Convenção de Basileia, na Suíça e ratificado por mais de 100 países, que seguem uma série de critérios e regras para dar mais segurança e preservar a solidez do sistema bancário mundial.

DECLÍNIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL (2019): CAIXA – VENDA DE ATIVOS

Jair Bolsonaro ganhou a eleição em 2018, sem nem sequer apresentar plano de governo ou participar de debates públicos, processo marcado por forte polarização política e acusações de uso das novas tecnologias de comunicação pelo então candidato. Isto para disseminar fake news (notícias falsas) e dessa forma, manipular o eleitorado. Com a ascensão de Bolsonaro ao governo federal, o Brasil, assim como nos Estados Unidos e Inglaterra, dá uma guinada em direção a ultradireita, em uma combinação clássica de conservadorismo moral com princípios neoliberais.

O primeiro ano de mandato foi marcado por conflitos constantes com os poderes institucionais, ameaças às regras constitucionais e à democracia, forte militarização do governo, incentivo aos movimentos autoritários que disseminam ódio. Os principais resultados da gestão: a) declínio nas políticas sociais, com a ampliação dos cortes, iniciados por Temer, nos direitos dos trabalhadores, reforma da previdência, paralisação nos programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e Bolsa-Família; b) declínio no campo econômico, com a desindustrialização, aumento do desemprego e da informalidade, corte do aumento real no salário mínimo; c) declínio ambiental, com o desmatamento recorde na Amazônia, aumento de queimadas, ataque às reservas indígenas. Some-se a isso a eliminação de bolsas de pesquisa, ameaça à autonomia das universidades, desrespeito aos valores humanos, machismo, homofobia, racismo, incentivo à violência e armamento da população.

Com relação ao patrimônio público, desde a eleição o Ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a privatização irrestrita. Muito embora o presidente da República tenha afirmado que não haveria mudanças na Petrobrás, Caixa e BB, a realidade provou que seu discurso se tratava de mera retórica. Em 2019 foram vendidas participações e ativos da Petrobrás, BNDES, Caixa, BB e Eletrobrás, num total de 134,9 bilhões, segundo documento do Ministério da Economia. (Economia, 2020)

No caso específico da Caixa, foi realizado o leilão da Loteria instantânea, operação que até então estava sob gestão do banco, e venda de ativos na ordem de R\$ 14.6 bilhões, referentes às ações da Petrobrás, BB, Banco Pan e IRB. A pretensão da direção do banco é privatizar o mais rápido possível participações nas áreas de seguros, cartões, loterias e fundos e valores mobiliários. Especula-se também sobre a possibilidade de privatização do que chamam de “banco digital” da Caixa, uma espécie de cisão do banco, entre área social (poupanças digitais, programas sociais, FGTS) e comercial. (Valor, 2020)

Caso seja concretizada a privatização de todas essas operações, aliado ao corte nos programas sociais e ao esvaziamento do FGTS (sucessivos saques e desemprego alto), a Caixa no médio prazo terá dificuldades para se sustentar, com a consequente diminuição de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento.

PANDEMIA (2020): CAIXA SE DESTACA NA CRISE

A pandemia da COVID-19 no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso. Em dezembro do mesmo ano, os números já eram assustadores, mais de 170 mil mortes. A transmissão comunitária foi confirmada em todo o território nacional. A pandemia afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos. Em 30 de março de 2020, foi prevista pela primeira vez retração no Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, atrasando mais ainda o fim da recessão e a retomada do crescimento.

O Brasil já entrou na crise sanitária em situação frágil, com governo autoritário, em crise política com o Congresso Nacional e governadores, defendendo privatização, sucateando bens e serviços públicos. O limite de investimentos em saúde e educação (Lei do teto de gastos), a perda de direitos trabalhistas, o retrocesso na previdência, os ataques às organizações da sociedade civil, o corte no aumento real do salário mínimo e do Bolsa-Família, entre outras medidas, implicaram no rebaixamento da renda e em maior dificuldade de acesso aos bens de consumo por parte de parcela significativa da população, enquanto se expandia o lucro dos bancos e dos grandes aplicativos financeiros.

O governo federal ignorou as orientações de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para prevenção do contágio e ainda pressionou Estados e Municípios para fazerem o mesmo. Só foram adotadas providências econômicas e de atendimento sanitário após forte pressão social.

A magnitude do choque causado pela pandemia do novo coronavírus exigiu a adoção de um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e de preservação da produção, dos empregos e da renda. Pelo lado da receita pública, cabe destacar a implementação de reduções e desonerações temporárias de impostos e contribuições sobre bens necessários ao combate da pandemia; suspensão de pagamentos de dívidas previdenciárias; e diferimento, por alguns meses, de diversos impostos e tributos. No que se refere aos gastos públicos, destacam-se a ampliação do Programa Bolsa-Família; o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; o Auxílio Financeiro Emergencial à população carente e aos trabalhadores informais; o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; e a ampliação de recursos e transferências a estados e municípios para ações de saúde.

De acordo com estimativa do Ministério da Economia feita em maio, as medidas com impacto no resultado primário do governo central em 2020 atingiriam cerca de 6% do PIB, acima do valor médio dos programas de apoio à economia anunciados nos países avançados, da ordem de 4,5% do PIB. Além disso, foram também implementadas medidas extraordinárias, regulatórias, de apoio a estados e municípios e de estímulo ao crédito, com impacto econômico potencial significativo. Podem-se citar, por exemplo, o diferimento do prazo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a redução temporária nas contribuições do Sistema S; diversas medidas de ampliação e barateamento do crédito, inclusive com ampliação de garantias pelo Tesouro Nacional para empréstimos a micro, pequenas e médias empresas. (IPEA, 2020)

O auxílio emergencial voltado para desempregados e trabalhadores informais demorou a se concretizar. A proposta original do governo era de R\$ 200,00 por três meses. Após forte pressão e crítica, o Congresso aprovou R\$ 600,00, sendo R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. Em junho foram acrescentadas mais duas parcelas de R\$ 600,00 e em seguida o valor foi cortado pela metade, com mais 4 parcelas adicionais. O auxílio vem preencher lacuna deixada pelo corte de investimentos nos programas sociais, como o Bolsa-Família, BPC e outros, que acontecem desde o governo Temer.

Em consonância com sua função pública e expertise, advinda do papel de principal gestora dos programas sociais, a Caixa foi a empresa escolhida para gerenciar e realizar o pagamento do auxílio. A Dataprev, outra estatal importante e na lista de privatização do governo, teve a função de analisar os cadastros.

Para executar essa tarefa, a Caixa se superou e quebrou o paradigma do atraso tecnológico. Graças à qualidade de seu corpo técnico, a instituição criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas, e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Os números que envolvem a operação impressionam e provam a relevância do banco, mas também escancaram de forma nua e crua o tamanho da desigualdade social no Brasil. Até o dia 2 de julho, último dia para cadastro, se inscreveram 108,9 milhões de brasileiros, mais de 67 milhões foram aprovados para receber o auxílio, 105 milhões de poupanças digitais foram abertas.

Concomitante a esses pagamentos, foram disponibilizados recursos do FGTS para 60 milhões de trabalhadores, e 4,3 milhões teriam acesso ao benefício emergencial de Trabalho e Renda. Isso mostra que 7 em cada 10 adultos passaram pelo banco para receber pelo menos um desses programas.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid-19 (Pnad-Covid19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o auxílio emergencial conseguiu amenizar a queda do padrão de vida de mais de 23 milhões de famílias das fatias mais baixas da população, concentrando nos informais, desocupados e que estavam fora da força de trabalho. Os domicílios de rendas mais baixas foram também os mais impactados pela pandemia.

Entre os que já recebiam o Bolsa-Família, por exemplo, o aumento da renda média triplicou. O auxílio emergencial paga R\$ 600 em geral e R\$ 1,2 mil para mães que sustentam sozinhas a família. Já o Bolsa-Família paga em média benefício de R\$ 190.

Tal como os profissionais da área de saúde, e de outros setores essenciais, os empregados da Caixa, mesmo sob risco de contágio e pressão do banco por resultados, foram para a linha de frente garantir atendimento à população, provando mais uma vez o compromisso com a sua missão pública.

BANCOS PÚBLICOS E CRÉDITO

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), destinado a socorrer bancos privados. Repassou bilhões de reais do orçamento público para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, CAIXA e o Banco do Brasil ajudaram a salvaguardar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais.

Os efeitos da crise de 2008, também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da CAIXA e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a correr riscos. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve represamento de liquidez e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), estimularam fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Os bancos estatais se tornaram grandes operadores do *crédito direcionado*⁸ no país. Ele foi impulsionado sob os governos da era democrático-popular. Porém, começou a ser reduzido nos dois anos do governo de Michel Temer.

O resultado, além da queda da taxa de desemprego até 2014, foi um salto na participação dos bancos públicos no estoque de crédito do país. De 2011 a 2015, a fatia das instituições de controle estatal passou de 43,6% para 55,8%. Essa participação recuou no governo Temer com uma forte desaceleração do BNDES e mudanças na gestão do Banco do Brasil e da Caixa.

Com o agravamento da crise fiscal, os bancos públicos tiveram de reduzir a exposição aos riscos para suportar sua estrutura de capital. Esse recuo só não ficou mais evidente porque os bancos privados também desaceleraram no crédito diante da retração da economia

Em 2019, houve nítida mudança nas tendências do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), decorrente da política do governo de reduzir o papel dos bancos públicos na economia. As operações livres lideraram a retomada dos financiamentos, os bancos privados predominaram na oferta de recursos. As maiores quedas ocorreram no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Costa, 2020). A ampliação do crédito dos bancos privados em 2019 atingiu 15,7%, para 53% do crédito total, enquanto a dos bancos públicos diminuiu 2,2%, para 47% do crédito.

Neste momento, mesmo com uma intervenção menor do que nas últimas crises, os bancos públicos são cobrados a ofertar crédito, com destaque para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que teve início em junho de 2020. O Pronampe foi criado pelo governo para oferecer empréstimos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas para enfrentarem a crise ocasionado pelo coronavírus. Os recursos são emprestados pelos próprios bancos e têm garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), um fundo público. Em caso de prejuízo, o governo cobrirá até 85% das perdas totais das

8 Crédito direcionado é o empréstimo fornecido por bancos públicos para pessoas físicas e jurídicas, com finalidades específicas. Essa concessão de crédito é feita com taxas de juros subsidiadas para alguns setores da economia nacional.

carteiras dos bancos com o Pronampe (Timoteo, 2020).

A maioria dos pequenos e médios empresários reclama que não consegue ter acesso a essas iniciativas, dada a burocracia, alto grau de exigência dos operadores e baixa oferta de recursos disponibilizados pelo governo federal.

Mesmo com a crise econômica, as contratações de crédito imobiliário cresceram, impulsionada pela queda nos juros. A maior demanda foi na Caixa, que detém 69,2% de participação nesse segmento, sendo a liderança no sistema financeiro.

Os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) mostram que os financiamentos imobiliários chegaram a R\$ 11,7 bilhões em agosto de 2020, um aumento de 74,4% em relação ao mesmo mês de 2019. O crescimento em relação ao mês anterior foi de 8,3%.

O saldo de carteira de crédito habitacional da Caixa cresceu 9,3% em 12 meses, totalizando R\$ 498,7 bilhões em setembro de 2020, dos quais R\$ 310,7 bilhões foram concedidos com recursos do FGTS e R\$ 187,9 bilhões com recursos de Caixa/SBPE.

ESTADO PÓS-PANDEMIA

Na crise, os mais convictos liberais, que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção e a defesa da privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertencem a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, a pandemia da covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Segundo uma visão mais otimista, a necessidade óbvia da participação do Estado no enfrentamento da atual crise – caso inclusive de países de governos neoliberais como o brasileiro – aponta para um mundo em que o Estado voltaria a ser protagonista e os governos, mais propensos ao social.

Para Reginaldo Nasser (2020), professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mudanças certamente acontecerão, mas também readequações promovidas pelos chamados donos do capitalismo mundial. Em sua opinião, a guinada de economistas liberais, que de repente passam a enaltecer o Estado, deve ser encarada com prudência. “Do ponto de vista dos liberais e capitalistas, em tempos excepcionais como o atual, essas medidas antiliberais, de intervenção do Estado na economia, têm que acontecer, mas depois que passar não terão mais sentido, para eles”, diz.

Nasser compara o cenário atual com o do pós-Segunda Guerra Mundial, quando “a devastação foi muito pior do que estamos vendo, em número de pessoas mortas e destruição física”. No pós-guerra, o Estado também entrou pesadamente na economia, num período de transição e recuperação mundial, com o Plano Marshall, promovido pelos Estados Unidos, e depois a implementação do Estado do bem-estar social europeu, quando a Europa tinha movimentos sociais e de esquerda muito fortes e atuantes. “Houve uma transição. Mas, depois, as ideias liberais vão paulatinamente entrando novamente no cenário. Na década de 1960, os liberais foram gradativamente retomando, até chegarem ao poder com Margareth Thatcher 20 anos depois.”

Nos últimos anos, há um processo de “endireitização” no Brasil e no mundo. Isso significa a defesa do capitalismo, do livre mercado, das privatizações, da desregulamentação da economia e do Estado Mínimo (“verdade que grupos mais radicais da Direita são defensores do “Estado Máximo”, na linha das ideias nazifascistas: tudo pelo Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado”). A redução das políticas de *welfare state*⁹. A aceitação da desigualdade social como algo natural. A valorização do individualismo e do empreendedorismo. A defesa das tradições e da família patriarcal. O Combate ao aborto, eutanásia e homossexualidade. Muitas vezes, são exaltadas também a “limpeza” ética, e o suposto combate ferrenho à corrupção (Conceição, 2019)

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

9 O Estado de bem-estar social, ou Estado-providência, ou Estado social, é um tipo de organização política, econômica e sócio-cultural que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações. No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços, dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população.

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros. Para cumprir essa função, a atuação de bancos públicos é fundamental.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos (Sen, 2007).

Na realidade sabemos o que deve ser feito, e há relativo consenso planetário, com o distanciamento significativo da visão dos governos Trump, Bolsonaro e Netanyahu. Temos também os recursos financeiros: os 85 trilhões de dólares do PIB mundial, divididos pela população mundial, significam que o que hoje produzimos representa cerca de 15 mil reais por mês por família de quatro pessoas. O problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade (Dowbor, Além do Coronavírus, 2020).

A Europa saiu na frente e já se organiza para o próximo período; 27 países chegaram a um acordo sobre plano de recuperação da região, concordaram em mobilizar 750 bilhões de euros, que a Comissão Europeia tomará emprestado nos mercados financeiros e que serão distribuídos como subsídios e empréstimos.

Iniciativas individuais de alguns países - como a da Alemanha, conhecida pelo conservadorismo - que anunciou em junho um pacote de estímulos que visa acelerar a recuperação no pós-pandemia. O plano, de 130 bilhões de euros, prevê medidas de incentivo ao consumo, cortes de impostos e mais ajuda a empresas, com investimentos feitos pelo banco de desenvolvimento do país, mostra que uma maior intervenção do Estado a partir de agora, poderá ser uma tendência.

E O BRASIL?

No Brasil, os desafios são gigantes e de toda ordem. A recuperação da economia, da indústria, empregos, diminuição das desigualdades, respeito à democracia.

A recessão em curso, provavelmente será a maior do último meio século, superando inclusive a de 2008, somado à falta de visão estratégica de quem administra o Estado, pode gerar uma marginalização do país no mundo.

Não obstante esse cenário, e em plena crise política, o ministro da Economia apresentou um programa para superação da crise, intitulado “A reconstrução do Estado”. Nele, o único foco é a privatização de uma série de empresas e serviços. Nada sobre geração de emprego, investimentos ou ampliação dos programas sociais.

O plano tenta caracterizar as empresas públicas como fonte de corrupção ou pouco lucrativas. “Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobrás e a Petrobrás – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões”.

Concomitante, o governo encaminhou ao Congresso proposta de reforma tributária (PL 3887/2020). O texto não aponta nada para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação sobre a renda, o patrimônio, as grandes fortunas. Isto, em um país onde as cinco mil famílias mais ricas têm como patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro. O problema evidentemente não é o tamanho do Estado, e sim a quem ele deve servir: às elites e seus interesses de curto prazo ou ao desenvolvimento da nação?

O futuro do Brasil será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades? Ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

O FUTURO DA CAIXA DEPENDE DO MODELO DE ESTADO

A Caixa chega aos 160 anos. Fundada no Império, passou pelo nascimento da República, pelos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, militares, abertura democrática, governos liberais, democrático-populares e sobreviveu até os dias de hoje pela capacidade de superação e inovação, e porque, como outras empresas públicas, cumpriu um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país. Ocorre que nunca esteve tão ameaçada como agora, por um governo que desarticulou completamente o Estado brasileiro, ameaçando sua soberania e as condições de vida da população.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos houve 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por esta razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, na medida em que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas.

O que ficou claro, para a sociedade, é que se hoje o Estado conta com um banco público do porte da Caixa, que pode ser usado para o crescimento do país ou mesmo em momentos de calamidade pública, como agora, é porque ao longo de muitos governos, incluindo o atual, os empregados, entidades sindicais e associativas, e movimentos organizados empunharam a bandeira da defesa de manutenção do banco público frente às iniciativas de privatização.

**O futuro da Caixa, do patrimônio público e do Brasil,
está nas mãos do povo brasileiro.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABC, S. d. (2020). 50 anos de história. Fonte: Revista dos Bancários do ABC: <http://bancariosabc.org.br>
- Bastos, P. P. (2017). Ascensão e Crise no governo Dilma Roussef e o golpe de 2016. REC - Revista de Economia Contemporânea, 1-63.
- Biondi, A. (1999). O Brasil privatizado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Bueno., E. (2010). Caixa 150 anos. Brasília: Buenas Ideias.
- Caixa. (2011). Crédito e transformação Social. Brasília: Caixa.
- Conceição, J. J. (2019). Entre a Mão Invisível e o Leviatã. São Caetano do Sul: Didakt.
- Coppetti, M. F. (03 de 06 de 2020). Perversidade no cumprimento do auxílio emergencial. Fonte: revista teoria e Debate: <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/03/perversidade-no-cumprimento-do-auxilio-emergencial/>
- Costa, F. N. (2012). Brasil dos bancos. Edusp: 2012.
- Costa, F. N. (2016). Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Costa, F. N. (2020). Bancos Estatais sob a ideologia do Estado Mínimo. São Paulo: Blog Cultura e Cidadania.
- Dados, B. B. (07 de 2020). <https://brasilfatosedados.wordpress.com/>. Fonte: Brasil fatos e Dados.
- Dowbor, L. (2009). Crise Financeira, riscos e oportunidades. Carta Capital.
- Dowbor, L. (2017). A Era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária.
- Dowbor, L. (2020). Além do Coronavírus. Le Monde Diplomatique Brasil.
- Economia, M. d. (04 de 2020). A Reconstrução do Estado. Fonte: www.gov.br/economia
- Economia, T. N.-M. (06 de 2020). Dividendos das Estatais.
- Estatística, I.-I. (05 de 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.
- Fausto, B. (1994). História do Brasil. São Paulo: Edusp.
- FENAE. (2015). 30 anos da greve de 1985. Revista da Fena, 1-15.
- Guerra, A. (2017). Brasil 2016: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/18/pos-pandemia-pacote-economico-na-dinamarca-preve-pagamento-de-r-16-mil-a-cada-cidadao-do-pais.ghtm>. (18 de 06 de 2020). Pós Pandemia e pacote econômico na Dinamarca.
- <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/01/brasil-passa-de-60-mil-mortos-por-coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.htm>. (01 de 07 de 2020). Brasil passa dos 60 mil mortes.
- Infomoney. (25 de 03 de 2020). Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia do coronavírus. Fonte: Infomoney: <https://www.infomoney.com.br/economia/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-a-pandemia-do-coronavirus/>
- Investi, V. (09 de 07 de 2020). Brasileiro não desiste da casa própria. Valor Investi.

IPEA. (julho de 2020). Brasil pós COVID-19. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Economica Aplicada: www.ipea.gov.br

L.G. Belluzzo In: Sader, E. (2013). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil. São Paulo: Boitempo.

Mattoso, J., Coelho, M. F., & Hereda, M. B. (2017). A Caixa ontem, hoje e amanhã. Carta Capital.

Mattoso., J. (2013). Dez anos depois. Em In, & E. Sader, Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil (pp. 111-122). São Paulo: Boitempo.

Nasser, R. (02 de 04 de 2020). Rede Brasil Atual. Fonte: Que Mundo vai emergir da pandemia do Coronavírus: <http://www.redebrasilatual.com.br>

PMDB. (10 de 2015). <https://www.fundacaoulysses.org.br/>. Fonte: fundação Ulysses Guimarães: <https://www.fundacaoulysses.org.br/>

Públicas., C. N. (2016). Fonte: Comitê Nacional em defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br

Santos, T. (2005). Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: a modernização do sistema financeiro brasileiro. tese de doutorado em Ciências. (P. d.-g. Econômica/USP, Ed.) São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências.

Sen, A. (2007). Desenvolvimento como liberdade. SP: companhia das Letras.

Serrano, M. R. (2018). Caixa Banco dos Brasileiros. Brasília: coleção fenaec.

Serrano, m. R. (09 de 2019). Empresas Públicas: Mitos e fatos. Publicado pela Carta de Conjuntura da USCS - Universidade de São Caetano do Sul | nº 09 | set. 2019 .

Slivnik, F. (2017). Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES: notas sobre suas evoluções recentes. Rio de Janeiro: ABDE Editorial 2017.

Sindicato dos Bancários do ABC. (2020). A Era Digital e o Trabalho Bancário. Org. Conceição, J.J, Noronha,C. Santo André: Coopcesso.

Timoteo, A. (09 de 07 de 2020). Só Banco Público está dando financiamento emergencial a pequenas empresas. Fonte: uol: www.uol.com.br

TNI. (07 de 2020). El Futuro es Público. Fonte: TNI - Insituto Transnacional.

Valor. (22 de 07 de 2020). Caixa faz plano de abrir capital de seu banco digital. São Paulo, São Paulo. www.portatransparenciapublica.gov.br/beneficios. (20 de junho de 2020). Dados sobre os Benefícios sociais.

www.uol.com.br. (01 de 07 de 2020). Brasil passa de 60 mil mortes por coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.

Futuro da Caixa Depende de Modelo de Estado

Artigo originalmente publicado no livro
“A era digital e o trabalho bancário” (dez/2020)

Sindicato dos Bancários do ABC

A ERA DIGITAL E O TRABALHO BANCÁRIO



O papel do Sistema Financeiro e Subsídios à
Ação Sindical e às Políticas Públicas



Faça a leitura do QR Code e baixe
gratuitamente a versão digital do livro



 /ritaserranoca

 @rita_serrano_ca

 +55 11 96188-0437

 ritaserrano.com.br